



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 0004671-67.2013.8.17.0000(303.073-1)
Habeas Corpus nº: 0004713-19.2013.8.17.0000(303.186-3)
Habeas Corpus nº: 0005436-30.2013.8.17.0000(304.592-5)
Habeas Corpus nº: 0005595-78.2013.8.17.0000(305.074-6)
Comarca: Garanhuns
Juízo: 1ª Vara Criminal
Impetrantes: Bruno Siqueira de França e outros
Pacientes: Maria Emília Pessoa da Silva e outros
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. USO DOCUMENTO FALSO. PECULATO. PREVENTIVA. GRAVIDADE ABSTRATA DOS CRIMES. CLAMOR PÚBLICO. REPERCUSSÃO NA MÍDIA. CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA. LASTROS INIDÔNEOS. FATOS CONCRETOS. AUSÊNCIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA INDEMONSTRADA. CF/88, ART. 93, IX. AFRONTA. COAÇÃO ILEGAL. RÉUS. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. LIMINAR CONFIRMADA.

1. Não há no decreto constritor qualquer fato concreto que justifique a medida extrema. As razões invocadas pela juíza não passam de discurso retórico, imprestáveis para arrimar a prisão preventiva, que não pode ser adotada como política de combate à criminalidade.

2. O édito prisional se escora em motivação genérica e desprovida de concretude, algumas vezes até contraditória, a exemplo do ponto em que reconhece que a liberdade dos réus em nada altera a prova já coletada, mas, ainda assim sustenta a necessidade da medida para atender ao clamor popular, ante a repercussão do caso na mídia, como pronta resposta do judiciário para preservar sua credibilidade.

3. Medida de extrema exceção, a prisão preventiva não se presta a servir de lustro à credibilidade da justiça, nem a satisfazer o reclamo popular pela punição imediata do ainda suposto infrator, antecipando indevidamente ainda futura e incerta resposta estatal à infração penal.

4. A prisão antecipada de indivíduos primários, sem máculas às condutas sociais, pessoais e profissionais, sem incursão no mundo da criminalidade e radicados no distrito da culpa, com ânimo definitivo como bem reconheceu a juíza primeva, exige efetiva fundamentação.

5. Se os acusados não são indivíduos perigosos, os crimes não foram cometidos com violência ou grave ameaça, e a juíza expressamente afasta os riscos à efetividade da lei penal e interferência na instrução criminal, não subsiste esteio para a prisão preventiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

6. Ordens concedidas para, ratificando as liminares monocraticamente deferidas pelo relator, revogar o édito prisional. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, por maioria, pela concessão das ordens para ratificar a decisão liminar e revogar o decreto prisional atacado, nos termos do relatório, votos e demais peças que juntas formam o presente aresto.

Recife, 13 de agosto de 2013.

Des. Fausto Campos
Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 0004671-67.2013.8.17.0000(303.073-1)
Habeas Corpus nº: 0004713-19.2013.8.17.0000(303.186-3)
Habeas Corpus nº: 0005436-30.2013.8.17.0000(304.592-5)
Habeas Corpus nº: 0005595-78.2013.8.17.0000(305.074-6)
Comarca: Garanhuns
Juízo: 1ª Vara Criminal
Impetrantes: Bruno Siqueira de França e outros
Pacientes: Maria Emília Pessoa da Silva e outros
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Cuidam-se de habeas corpus impetrados em favor de **Maria Emília Pessoa da Silva, Maria Veridiana de Albuquerque da Costa Oliveira, Marcone Souto de Araújo e Lúcio Flávio Duarte Neto** e pleito de extensão em favor de **Maria José Neves da Silva Lima**, denunciado por infração aos arts. 299, parágrafo único, 304 e 312, c/c arts. 29 e 69, todos do Código Penal, nos autos do Proc. nº 0002457-26.2013.8.17.0640, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, ora indigitado como autoridade coatora.

As impetrações perseguem a revogação do decreto preventivo exarado pela juíza primeva, delatando a carência de fundamentação válida, idônea e concreta da decisão fustigada, bem como a desnecessidade da medida extrema, seja ausência dos requisitos e pressupostos dos arts. 311 e 312 do CPP, seja pela presença dos atributos pessoais favoráveis aos Pacientes.

HC 303.073-1, instruído com os documentos de fls. 11/81. Petição de fls. 89/92, com documentos de fls. 93/97. Liminar deferida para expedir salvo-conduto em favor da Paciente Maria Emília (fls. 103/104v). Requisição de informações dispensadas. Salvo-conduto à fl. 109. Parecer do Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, pela concessão da ordem para ratificação da liminar deferida (fls. 116/118). Pedido de extensão formulado pela corré Maria José Neves da Silva Lima (fls. 122/124), instruído com as peças de fls. 125/148). Parecer favorável (fls. 153/155). Liminar deferida (fls. 158/158v).

HC 303.186-3, instruído com os documentos de fls. 14/44. Decisão redistribuindo o feito por prevenção (fls. 51/52). Liminar deferida para expedir alvará de soltura em favor da Paciente Maria Veridiana (fls. 57/58v). Requisição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

de informações dispensadas. Alvará de soltura à fl. 61. Parecer do Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, pela concessão da ordem para ratificação da liminar deferida (fls. 75/77).

HC 304.592-5, inicial via fax instruída com os documentos de fls. 11/33. Original da inicial fls. 40/51, com documentos de fls. 51-A/74. Liminar deferida para expedir alvará de soltura em favor do Paciente Marcone Souto (fls. 76/76v). Requisição de informações dispensadas. Alvará de soltura à fl. 81. Parecer do Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, pela concessão da ordem para ratificação da liminar deferida (fls. 90/92).

HC 305.074-6, instruído com os documentos de fls. 08/87. Liminar deferida para expedir alvará de soltura em favor do Paciente Lúcio Ferreira (fls. 94/94v). Requisição de informações dispensadas. Alvará de soltura à fl. 101. Parecer do Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, pela concessão da ordem para ratificação da liminar deferida (fls. 108/110).

Versando os *mandamus* sobre o mesmo édito prisional, que foi proferido em idêntica ação penal, devem receber julgamento conjunto.

Eis o importante a relatar.

VOTO:

Quando do recebimento da denúncia a julgadora primeva acolheu representação formulado pelo Ministério Público e decreto a custódia preventiva de todos os denunciados, mediante decisão que, a despeito de lançada em sete laudas, não indica qualquer fato concreto, constante dos autos, que firmaram seu juízo de convencimento pela necessidade da medida.

Após discorrer sobre a decisão que decretou a prisão temporária dos Pacientes e salientar que os motivos que ensejaram aquela medida não se confundem com a fundamentação da prisão preventiva, a juíza, embora se reporte aos atributos pessoais favoráveis dos réus, à apresentação espontânea dos mesmos na fase policial, o que afastaria o risco à efetividade da lei penal, entendeu necessária a prisão preventiva dos Pacientes para garantir a ordem pública, explicitando a seguinte fundamentação:

Na visão desta julgadora a prisão processual dos acusados se mostra necessária para garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça em razão da gravidade dos delitos que ora se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



imputam aos denunciados e a repercussão que delitos dessa natureza causam no meio social, uma vez que a prisão preventiva não tem por único e exclusivo objetivo prevenir a prática de novos crimes por partes dos agentes, como exaustivamente tem sido ressaltado pela doutrina pátria, já que evitar a reiteração criminosa constitui apenas um dos aspectos desta espécie de custódia cautelar. (...)

Queiramos ou não, os crimes imputados aos denunciados acabaram chamando a atenção e prendendo o interesse da opinião pública local. Em certa medida, deve-se reconhecer, que, por vezes, há uma excessiva exposição do caso pela mídia que, em certas ocasiões, chega a extrapolar seu legítimo direito de informar a população – o que, no entanto, não pode ser ignorado pelo Poder Judiciário e fazer-se de conta que esta realidade social simplesmente não existe, a qual dele espera uma resposta.

Embora reconheça que a prova testemunhal já foi colhida e que, em tese, a permanência dos acusados em liberdade em nada alteraria o teor da prova já produzida, não é menos que tal prova será submetida aos princípios do contraditório e da ampla defesa consagrados constitucionalmente somente por ocasião da instrução criminal.

Não se extrai do excerto transcrito qualquer fato concreto que justifique a adoção da medida extrema. As razões invocadas pela juíza não passam de discurso retórico, imprestáveis para arrimar a prisão preventiva, que não pode ser adotada como política de combate à criminalidade.

Ora, a prisão cautelar é medida extrema que visa acautelar a ordem pública, a coleta de provas ou a efetividade da lei penal. Não é política de combate ao crime. A impunidade se combate punindo os infratores com a condenação, após o devido processo legal. Há inversão da lógica quando se prender antecipadamente, sem motivação concreta a lastrear a prisão.

O édito prisional se escora em motivação genérica e desprovida de concretude, algumas vezes até contraditória, a exemplo do ponto em que reconhece que a liberdade dos réus em nada alterar a prova já coletada, mas, ainda assim sustenta a necessidade da medida para atender ao clamor popular, diante da repercussão que o caso teria tomado na mídia, ensejando a pronta resposta do judiciário local para preservar sua credibilidade.

Medida de extrema exceção, a prisão preventiva não se presta a servir de lustro à credibilidade da justiça, nem a satisfazer o reclamo popular pela punição imediata do ainda suposto infrator, antecipando indevidamente a ainda futura e incerta resposta estatal à infração penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

A prisão antecipada de indivíduos primários, sem registros de máculas às condutas sociais, pessoais e profissionais, sem incursão no mundo da criminalidade e radicados no distrito da culpa, com ânimo definitivo como bem reconheceu a juíza primeva, exige efetiva e idônea fundamentação.

O art. 93, IX, da Carta Magna de 1988, prescreve que todas as decisões judiciais devem ser devidamente fundamentadas, pena de nulidade.

Se dos autos emana que não se tratam de indivíduos perigosos, os crimes não foram cometidos com violência ou grave ameaça, e a própria julgadora expressamente afasta os riscos de evasão do distrito da culpa e de interferência na instrução criminal, não subsiste esteio para a prisão preventiva.

Os fatos precedentes jurisprudenciais repudiam a constrição cautelar à liberdade, amparada tão somente na gravidade do crime ou no clamor público, sem demonstração concreta das hipóteses autorizativas da prisão preventiva. Tal carência nulifica o *decisum* e configura constrangimento ilegal, ensejando a concessão do *writ*, na esteira dos reiterados julgados do STF:

"É nula a decisão que decreta prisão preventiva com base em razões abstratas. 2. AÇÃO PENAL. Prisão preventiva. Decreto fundado na gravidade concreta do delito. Inadmissibilidade. Razão que não autoriza a prisão cautelar. Precedentes. É ilegal o decreto de prisão preventiva que se funda na gravidade concreta do delito. 3. AÇÃO PENAL. Prisão preventiva. Decreto fundado na exigência do clamor público. Inadmissibilidade. Razão que não autoriza a prisão cautelar. Precedentes. É ilegal o decreto de prisão preventiva baseado em exigência do clamor público". (HC 84311/SP - Rel. Min. Cezar Pelluzo)

"Não constituem fundamentos idôneos à prisão preventiva a invocação da gravidade abstrata ou concreta do delito imputado, definido ou não como hediondo - muitas vezes, inconsciente antecipação da punição penal -, ou no chamado clamor público." (HC 87003/RJ. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. DJ. 26.05.2006)

"Não se presta, por si só, a estibar a prisão preventiva, o fato de ter sido o crime, em tese praticado com uso de arma de fogo, por ser elemento próprio do tipo penal imputado, sem que demonstradas, concretamente, quaisquer das hipóteses do art. 312, do CPP. Precedentes do STF e do STJ. A falta de fundamentação concreta nulifica o édito prisional, por afronta à exigência constitucional de que as decisões judiciais sejam devidamente fundamentadas." (TJPE. HC 172969-5, de minha relatoria - Julg. 07.10.2008)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

167

Nesse diapasão inegável o divórcio entre a decisão açoitada e as balizas constitucionais e infraconstitucionais que regulam a prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Pelo exposto, voto pela concessão da ordem para ratificando a decisão liminar monocraticamente deferida, revogar o decreto prisional.

É como voto.

Recife, 13 de agosto de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator